

Monica Luise Santos

**A EDUCAÇÃO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL EM  
MACEIÓ (1881-1893)**

Maceió/AL  
2008

Monica Luise Santos

**A EDUCAÇÃO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL EM  
MACEIÓ (1881-1893)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Centro de Educação da Universidade Federal de  
Alagoas como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria das Graças de Loiola Madeira

Maceió/AL  
2008

Monica Luise Santos

**A EDUCAÇÃO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL EM  
MACEIÓ (1881-1893)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Centro de Educação da Universidade Federal de  
Alagoas como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Licenciada em Pedagogia.

---

Aprovada em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças de Loiola Madeira – Orientadora  
Universidade Federal de Alagoas

---

Prof<sup>a</sup>. MS Mônica Costa Santos  
Fundação Casa do Penado

---

Prof. MS Wilson Correia Sampaio  
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho a todos que contribuíram para sua realização, meus familiares, colegas de grupo de pesquisa e em especial a professora Maria das Graças de Loiola Madeira por seu incentivo e por me apresentar a pesquisa educacional na área de História da Educação.

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre presente e me dado força e coragem para seguir em frente em meus propósitos, aos meus pais por me proporcionar a oportunidade de realizar os objetivos que pretendo alcançar, aos meus familiares e amigos pelo incentivo e força, as minhas colegas do grupo de pesquisa que ajudaram nas horas precisas, os funcionários do Instituto Histórico e do Arquivo Público de Alagoas, aos professores que contribuíram para a minha formação em especial a minha orientadora a professora Graça Loiola por sua dedicação, paciência e incentivo.

## RESUMO

Este trabalho trata da Escola Central, instituição criada em Maceió, no ano de 1887 pela Sociedade Libertadora Alagoana, para abrigar e educar crianças negras do sexo masculino libertas pela Lei do Ventre Livre de 1871. A Escola funcionou no período de luta pela Abolição da Escravatura e pós-Abolição, num curto espaço de tempo de 1887 – 1893. Época esta marcada pelo preconceito contra o negro justificado pelas teorias racistas em voga na Europa e depois no Brasil. No sentido de conhecer melhor a Escola Central este estudo apresenta a Sociedade Libertadora Alagoana, criada em 1881 junto às demais associações abolicionistas fundadas no Brasil, mostrando quais eram seus membros, o que pensavam sobre a instituição, como foi a campanha abolicionista em Alagoas e no Brasil. Discute a desigualdade e o preconceito sofrido pelo negro no século XIX e como as teorias racistas contribuíram para justificar a inferioridade dos negros. Na Escola Central eram ministradas as disciplinas de primeiras letras, noções de física, astronomia, química entre outras. Além das disciplinas havia as oficinas como, sapataria, marcenaria, tipografia, as quais iriam habilitar os alunos em algum ofício. O propósito dos fundadores desta instituição ao que parece era civilizar as crianças negras, pois naquele contexto o negro era visto como um ser inferior ao branco e cheio de vícios, como também promover as idéias abolicionistas. Ao promover um ensino básico das letras e de ofícios, os fundadores da Escola Central não pretendiam que o negro ocupasse posições de destaque dentro da sociedade, apenas almejavam formar uma classe livre, trabalhadora e civilizada. Após a Abolição da Escravatura, a escola passa a ser custeada pelo Estado e amplia seu atendimento passando a receber outros menores desvalidos. Este estudo foi realizado por meio do contato com os jornais do século XIX, publicados em Maceió, em especial, os jornais *Gutenberg* e *Gazeta de Notícias* e com o apoio dos relatórios dos presidentes da província alagoana e obras literárias de autores locais.

**Palavras-chave:** Escola Central - Educação de Negros - Sociedade Libertadora Alagoana  
Racismo - Abolição da Escravatura

## SUMÁRIO

### **I CAPÍTULO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
1.1 Da minha trajetória escolar à escolha do tema .....	8
1.2 Procedimentos Metodológicos .....	10

### **II CAPÍTULO**

#### **A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A SOCIEDADE LIBERTADORA ALAGOANA**

2.1 O processo da Abolição da Escravatura no Brasil .....	15
2.2 A Sociedade Libertadora Alagoana e os fundadores da Escola Central.....	17
2.3 O fim da escravidão negra: manutenção do preconceito e da desigualdade .....	25
2.4 Arthur Ramos: um crítico das teorias racistas do século XIX .....	27

### **III CAPÍTULO**

#### **A INCLUSÃO ESCOLAR DE MENINOS NEGROS: UM EXPERIÊNCIA NO IMPÉRIO EM ALAGOAS**

3.1 A educação escolar no século XIX em Alagoas .....	30
3.2 A Escola Central como resultado da aplicação da Lei do Ventre Livre .....	34
3.3 O desdobramento da Escola Central .....	36

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
-----------------------------------	----

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47
--------------------------	----

## CAPITULO I

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito conhecer o tratamento dado aos alunos da Escola Central, instituição criada pela Sociedade Libertadora Alagoana em 1887, para abrigar e educar meninos negros, libertos pela Lei do Ventre Livre de 1871. A Escola Central teve seu funcionamento quase exclusivamente no período pós-abolição, no entanto, essa liberdade conquistada não permitiu que os negros tivessem as mesmas condições de estudo dos brancos. O preconceito contra essa etnia era bastante acentuado. Ele era visto como um ser inferior ao branco. Havia uma imagem fortemente depreciativa do negro, aspectos esses reforçados pelas teorias racistas desenvolvidas no Brasil no final do século XIX. Os próprios abolicionistas brasileiros, entre eles, é possível destacar Joaquim Nabuco, José de Alencar, Nina Rodrigues, apesar de lutarem pela liberdade dos negros, conservavam forte preconceito e fizeram parte da defesa de uma Ciência racista.

Os abolicionistas eram geralmente vinculados ao Partido Liberal e adeptos dos princípios científicos. Em meio a essa cultura letrada e racista, o Brasil queria alcançar a modernidade, mas como alcançá-la se grande parte da população era negra ou mestiça e sem estudos. Essa mestiçagem era entendida como barreira para o país tornar-se moderno. É nesse contexto que este estudo pretende verificar como questão central o tipo de educação dada aos meninos negros na Escola Central e, conseqüentemente, questionar se eram fins diferentes daqueles destinados aos brancos, ou seja, se queria promover um ensino que não mudava a condição de inferioridade, mas sim civilizar segundo o modelo do branco europeu. Vale também indagar que tipo de aluno os fundadores da Escola queriam formar, bem como, até que ponto o traço do racismo alcançava a escola. Através do currículo da instituição em estudo e de suas demais ações é que vamos conhecer que tipo de formação a Escola Central ofertava, como também se a instituição só recebia meninos órfãos, ou havia maior amplitude de crianças atendidas, e verificar como era mantida essa instituição, se recebia verba do Governo Imperial, ou só era mantida pelos membros da Sociedade Libertadora Alagoana.

O período estudado refere-se às décadas de 80 e 90 do século XIX, mais precisamente de 1881 a 1894. A escolha do ano de 1881 foi por ser época de criação da entidade responsável pela arrecadação de fundos para a criação da Escola Central, qual



seja, a Sociedade Libertadora Alagoana. Entendemos ser necessário conhecer essa instituição, seus ideais, para entender melhor a Escola Central. O ano de 1894 se refere ao período de fechamento da instituição, o que justifica a finalidade do período estudado. Apesar do pouco tempo de funcionamento, a Escola expressou o pensamento de uma época, ou seja, o pensamento abolicionista brasileiro.

A escolha desse tema não se deve apenas ao fato de ser negra, mas também de procurar saber como a população negra do século XIX vivia sob regime da escravidão e como era a educação para aquelas crianças. Aqui cabe esclarecer sobre como passei a investigar esta temática.

Apesar de vivermos em uma sociedade cercada de preconceito contra o negro, isto não é claramente exposto. Durante minha vida escolar não me considerava discriminada por alunos e professores por ser negra, talvez até fosse, mas não conseguia perceber.

## **1. 1 Da minha trajetória escolar à escolha do tema**

Durante minha vida escolar não fiz muitas amizades, mas não considero que tenha sido por causa da cor, mas por ser muito tímida. Tinha medo de falar em público, sempre ficava com medo que os professores me chamassem para responder alguma atividade ou para fazer leitura, embora às vezes gostasse de ser solicitada para a leitura. Entretanto, os professores davam preferência aqueles que se destacavam na sala. Devido à timidez, uma vez fui chamada pela assistente social de uma das escolas que estudei para conversar, pois ela queria saber se eu tinha algum problema em casa, pelo fato de eu conversar muito pouco com os colegas de sala.

Quando passei a estudar em uma escola particular, houve um episódio muito engraçado. Como eu não falava muito na sala, apesar de ter estabelecido algumas amizades, certo dia, ao responder a uma pergunta da professora todos bateram palmas e dizendo que eu havia falado. Nesse mesmo colégio houve outro episódio não muito agradável de recordar. Como tinha medo de falar em público, certo dia quando fui apresentar o trabalho fiquei muito nervosa e minhas mãos começaram a tremer. Dois alunos passaram a fazer algazarra sobre minha apresentação. Vendo isso a professora repreendeu os dois e mandou que eu sentasse. Resultado: eu não consegui apresentar o trabalho. Embora eu tenha feito amizades nesse colégio, não me sentia à vontade naquele meio.

Depois desse colégio, voltei a estudar em um estabelecimento de ensino público. Ali consegui fazer amizades e ser menos tímida, pois lá as pessoas eram mais amistosas e o clima da sala era mais agradável que na anterior. Foi nessa instituição de ensino que passei a gostar de História, pois a professora dialogava com os alunos e tratava dos temas de forma bastante interessante, a ponto de prender a atenção de todos.

Terminado o ensino médio prestei vestibular para o curso de Letras, e cheguei a passar na primeira fase. Quando recebi a notícia não fiquei feliz, como se esperava, mas triste, porque tinha medo de enfrentar uma universidade, já que falavam que havia muitas apresentações de trabalhos. Cheguei até chorar quando soube que havia passado na primeira fase, mas quando saiu o resultado final senti um certo alívio por não ter passado.

Depois de ter enfrentado mais um vestibular e não ter passado, um ano depois prestei vestibular para o Curso de Pedagogia e passei. Ainda meio temerosa de apresentar trabalhos fiquei feliz pela aprovação. Já na universidade, pouco tempo depois do início das aulas a professora Maria das Graças de Loiola Madeira fez um convite à turma para participar do projeto de pesquisa, coordenado por ela, sobre a história da educação de Alagoas no século XIX tendo como fonte de pesquisa os periódicos alagoanos deste período. Desde o primeiro momento quis participar, pois sempre considerei que pesquisar fosse interessante e queria saber mais sobre a História de Alagoas, mas por conta da timidez não tinha coragem de ir falar com a professora. Depois de alguns dias liguei para dizer que queria participar. Com o início da pesquisa passei a ter contanto com as matérias jornalísticas, referentes à Escola Central, publicadas em periódicos que circularam em Maceió no século XIX, como: *Gutenberg*, *Diário das Alagoas*, *Gazeta de Noticias* entre outros, encontrados no acervo do Instituto Histórico e no Arquivo Público de Alagoas. Segui no Curso, ainda marcada por gestos tímidos, que embora aparentemente não me parecesse ter relação com minha cor, mas implicitamente, o fato de ser negra talvez me tenha cultivado tal sentimento de inferioridade, o qual era captado pelos outros.

Em 2006 passei a ser bolsista do projeto, o que possibilitou mais contanto com as matérias jornalísticas. A partir da catalogação de matérias, principalmente as encontradas no jornal *Gutenberg*, passei a ter acesso às notícias relacionadas à Escola Central, a qual era destinada exclusivamente a receber meninos negros. Desse contato, surgiram às interrogações iniciais como, por exemplo, qual o modelo de educação ministrado naquele estabelecimento? Os questionamentos eram motivados pelo fato de que no final do século XIX o Brasil ainda vivia sob o regime da escravidão negra.

Considero que a importância de tratar essa temática é de poder contribuir para um maior conhecimento da educação alagoana, a qual, em geral, ainda se encontra em grande parte desconhecida, principalmente no que se refere ao século XIX. Apesar de saber que existem fatos comuns à educação escolar do ponto de vista nacional, há também aspectos específicos de cada região. A educação do negro alagoano, então, nesse período, pouco se tem conhecimento. Outra relevância social que se pode destacar com esta pesquisa é a contribuição que ela deverá dar para a preservação das fontes dispostas em documentos escritos, aqui em especial, os periódicos alagoanos do século XIX, tendo em vista as fontes documentais à disposição do pesquisador nos arquivos de Alagoas estarem em vias de desaparecer.

Como já foi comunicado, a intenção principal deste estudo é analisar o tipo de educação escolar oferecida aos meninos da Escola Central e qual o destino dos alunos que freqüentaram essa Escola, após sua extinção em 1893, dada a quantidade expressiva de crianças a freqüentar. Além deste aspecto, pretendo analisar o pensamento dos fundadores da instituição; investigar no que diferenciava a educação dessa unidade de ensino das escolas regulares, como também investigar para onde foram as crianças após o fechamento do referido estabelecimento.

## **1. 2 Procedimentos Metodológicos**

Este estudo foi baseado em pesquisa documental utilizando como fonte os periódicos alagoanos e relatórios dos presidentes da província alagoana. A escolha das fontes documentais escritas é por entender que elas são de grande importância para a historiografia da educação, no entanto, sabemos que os documentos escritos não são as únicas fontes de relevância para a historiografia. Foi a Escola dos *Annales*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch, que possibilitou o alargamento da concepção de fonte para além dos documentos escritos, privilegiando, entre outras, os vestígios arqueológicos, os objetos, a oralidade, a fotografia etc, além de dá preferências a escritos não-oficiais.

A valorização dos documentos escritos se deu por meio da corrente positivista em especial os documentos oficiais. Segundo essa corrente de pensamento, os documentos falam por si, não precisam de análise e o pesquisador tem que ser neutro ao fato pesquisado. Segundo Clarice Nunes (2005, p. 37), graças à escola positivista existe um

enorme privilégio dado aos documentos escritos como também uma crença na presença de uma natureza específica dos documentos referentes à problemática educacional. Essa visão, segundo ela, tem sido mantida na historiografia da educação brasileira, independente dos aportes teóricos utilizados.

Quanto à utilização da fonte jornalística, se deve por sua importância, enquanto veículo de informações sobre a História da Educação brasileira e em virtude de relatar o cotidiano dos fatos, elemento que as fontes oficiais ou de outra natureza não possibilitam. Como qualquer fonte, ela expressa uma visão seletiva da sociedade, ao apresentar uma ideologia moral, política e cultural, geralmente dominante. A fonte jornalística também é importante por apresentar cotidianamente os fatos locais, portanto dando-lhe visibilidade. No entanto, a fonte local não deve estar dissociada da nacional e da internacional, pois ela só ganha importância se for confrontada com suas formas mais amplas. Quando se trata da História da Educação brasileira do século XIX, também, já que as idéias locais estavam sempre relacionadas à dos grandes centros brasileiros e europeus, visto que seus divulgadores e idealizadores eram intelectuais formados nesses centros. No período a ser estudado, século XIX, os jornais eram o meio de comunicação mais utilizado para divulgar as idéias educacionais, e cada jornal publicava em seus artigos as idéias educacionais, no entanto, aqueles que estavam vinculados ao governo, as notícias quase sempre se mantinham restritas às notas oficiais.

As matérias dos periódicos alagoanos recebiam forte influência dos jornais da Corte (Rio de Janeiro) e dos países europeus, como França, Inglaterra e dos Estados Unidos da América. Havia grande visibilidade a acontecimentos educacionais ocorridos nos ditos países civilizados. Sobre a importância dos jornais como meio de divulgação de idéias, comenta Pallares Burke (1998, p. 146) que os periódicos eram um importante instrumento do projeto iluminista, no sentido de modificar as idéias e maneiras das pessoas comuns ou “a crença no poder das idéias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideais, tinha grande potencial para educar o público”. Acrescenta ainda, que os impressos muitas vezes foram descritos como difusores de luz e propagandadores de ideais, além de ser considerado um indispensável instrumento de progresso.

Um importante pensador brasileiro desse período, Rui Barbosa, expressa bem esta passagem. Para ele, a imprensa era um instrumento de educação nacional, e era necessário encará-la como “[...] uma escola, um magistério, a cultura cotidiana do espírito público,

ministrada sob o voto do professor a verdade, insinuar o belo, advogar o bem” (A Imprensa de 1898, n. 1, p. 1. In. MACHADO, 2006). A mesma autora no próprio artigo, sobre a atuação de Rui Barbosa no jornal carioca *A Imprensa* ressalta que cada “jornalista” assumia o papel de professor, mestre de primeiras letras e ao mesmo tempo um catedrático da democracia em ação, pois fornecia o pão do dia, as primeiras lições, bem como as primeiras idéias para formulação de posições sobre os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais, ou seja, a imprensa era o meio para discutir qualquer assunto posto na sociedade.

A fonte oficial também foi considerada por nossa pesquisa em razão de apresentar dados sobre a Escola Central, mais especificamente, o número de alunos e disciplinas ofertadas. Utilizaremos os relatórios dos presidentes de província, suas publicações em revistas e periódicos. Embora a fonte jornalística seja um importante meio de conhecer a história local ela apenas apresenta a visão de uma classe social, quase sempre da elite intelectual. Cruzar fontes diversas traz um ganho importante para o pesquisador. Como foi antecipado, não farei uma eleição exclusiva à fonte jornalística, pela possibilidade de apresentar a leitura de outros membros de conjunto social. Vale salientar que a ampliação dos dados coletados nos jornais, bem como seu entendimento só será concretizado se confrontarmos com outras fontes como documentos oficiais, literatura, fotografia, registro de instituições. Bloch afirma:

Seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego [...] Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário dos túmulos têm tanto a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos (BOCH, 2001, p. 80).

É importante lembrar que as fontes jornalísticas alagoanas do XIX à disposição do pesquisador apresentam uma seqüência cronológica com muitas lacunas. Entretanto esta não é uma situação apenas de Alagoas. Clarice Nunes (2005, p. 29) afirma que todos nós “já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivistas, geralmente lacunares, parcelares e residuais.” No entanto, enfatiza que “apesar dessas dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pedagogo ganha a distância necessária para olhar de uma nova maneira a pedagogia, tornando-se pela sua prática, pelo projeto, um historiador”.

Além das dificuldades supracitadas, os locais onde são encontrados os periódicos, Instituto Histórico e Geográfico e Arquivo Público de Alagoas, apenas estão abertos ao público no período matutino, ou seja, no mesmo horário de aulas do Curso de Pedagogia da UFAL. Em tais circunstâncias restava apenas o período das férias ou os dias letivos sem aula, os quais eram raros. Nesses dias, com o auxílio de uma câmara fotográfica digital era possível armazenar um número expressivo de matérias e em outro momento e lugar proceder à leitura e a cópia do que fora fotografado.

As matérias jornalísticas selecionadas nos acervos de Alagoas relacionavam-se à Escola Central, a Sociedade Libertadora Alagoana, entidade fundadora da instituição escolar e notícias referentes à situação do negro no contexto histórico do século XIX. Entendemos que a Escola Central apenas será entendida se acessarmos ao contexto histórico no qual ela estava inserida.

Acessamos também o site [www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm)<sup>1</sup> para recolher dados referentes aos relatórios dos presidentes da província e/ou dos governadores do Estado de Alagoas. Feita a recuperação, analisamos os dados encontrados que em seguida foram relacionados/confrontados com a literatura disponível sobre a temática.

Para fundamentar esta pesquisa tivemos o apoio de leituras como “O movimento negro e a educação” de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves Silva, publicado pela *Revista Brasileira de Educação* (2000), o de Eliane Peres “Sob (re) o silêncio das fontes. A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”, publicado na *Revista Brasileira de História da Educação* (2002) e “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República” de Roberto Ventura, como também a obra do mesmo autor “*Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*” (1991). Os dois primeiros artigos fazem um estudo sobre a educação do negro, assim sendo, farei uma análise deles e tentarei articulá-los com o conhecimento que já disponho sobre a instituição. O texto e a obra de Roberto Ventura discutem as questões étnicas (teorias racistas). Além dos três artigos da obra mencionada, utilizei a obra de Arthur Ramos “*A mestiçagem no Brasil*” (2004) e “*O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil*” (1993) de Lilia Moritz Schwarcz as quais também discutem as etnias. Utilizei também a obra do Alagoano Abelardo Duarte *Três Ensaios* (1966) para entender com foi o processo de Abolição em Alagoas e o

---

<sup>1</sup> Site da Universidade de Chicago, o qual disponibiliza os relatórios dos presidentes da província e de todos os Estados brasileiros entre o período de 1830-1930.

artigo de Craveiro Costa “Cem anos de Jornalismo” (1931). Outros artigos e obras foram incorporados durante a elaboração do texto.

Neste estudo apresentarei como se deu o movimento abolicionista no Brasil e em Alagoas. Tratarei da Sociedade Libertadora Alagoana apresentando em que período se constituiu, quais eram seus membros e o que pensavam a respeito da instituição. Abordarei o histórico preconceito do negro na sociedade brasileira e alagoana. Por último, desdobrarei a finalidade da Escola Central e o cotidiano de atendimento à criança negra, com base nas fontes encontradas.

## CAPITULO II

### A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A SOCIEDADE LIBERTADORA ALAGOANA

#### 2. 1 O processo da Abolição da Escravatura no Brasil

A questão da Abolição estava ligada aos interesses sociais, políticos, econômicos e ao processo de modernização do país. Em tal época a escravidão já não era bem aceita na maioria dos países, e o Brasil era o único país do Ocidente que a mantinha. Além de almejar a modernização, o Brasil, sofria com a pressão do capitalismo internacional, principalmente inglês, pois o processo de industrialização precisava de um mercado consumidor, neste sentido, uma população livre seria mais lucrativa. Chiavenato (1980, p. 215) sobre o processo abolicionista afirma que por ele ser um movimento que teve suas primeiras manifestações vindas da classe dominante, ele foi marcado pelos interesses de classe, “procurando naturalmente maiores vantagens nas mudanças estruturais do sistema trabalho, e não se preocupando como o destino dos talhadores escravos”. Chiavenato (1980, p. 212-213), citando um dos mais importantes abolicionistas, o escritor Joaquim Nabuco, ressalta que o intelectual “afirmava que o abolicionismo, apesar da solidariedade aos negros, não era apenas um movimento humanista”, e sim político. Na sua obra *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco, mostra quais eram os motivos reais da Abolição da Escravatura, os quais demonstram ser mais de caráter econômico do que social:

1. porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhes a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração. Desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusório de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destituição, que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro. ([www.culturabrasil.org/oabolicionismo.htm](http://www.culturabrasil.org/oabolicionismo.htm))

Os abolicionistas entendiam que o fim da escravidão era o melhor para a economia do Brasil, embora mantivessem uma noção extremamente racista em relação ao negro, tanto é que as associações abolicionistas restringiam a participação dos escravos nesses movimentos:

O abolicionismo apresentava modelo de exclusão, que barrava a participação



do escravo da agitação e da propaganda pela reforma das bases do trabalho. Como afirmou Nabuco em *O Abolicionismo*: ‘Não é aos escravos que falamos, é aos livres’. Segundo as suas lideranças, o movimento deveria se restringir ao âmbito das elites e das classes médias urbanas, na busca de uma solução pacífica, deliberada no interior da comunidade de cidadãos, de modo a não trazer transtornos à ordem social. (VENTURA, 2000, p. 338).

Além de acreditarem na inferioridade dos mestiços e do negro, os abolicionistas acreditavam no caráter criminoso dos mesmos. Como se observa na passagem em que o antropólogo alagoano Arthur Ramos cita Nina Rodrigues:

[...] acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil.’ Separando um pequeno grupo de ‘mestiços superiores’ que por uma ‘combinação feliz’ se apresentariam ‘perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis’ (RAMOS, 2004, p. 100-101).

Diante das informações de que dispomos, ainda não foi possível saber se a Sociedade Libertadora Alagoana compartilhava inteiramente dessa opinião, embora já tenhamos adiantado que as sociedades abolicionistas, como um todo, comungavam das mesmas idéias. Afirma Ventura (2000, p. 346): “A defesa da abolição não implicava o abandono das teorias das desigualdades étnicas que havia justificado o cativo, mas trazia, ao contrário, o reforço dessas concepções” e mais: que a “consciência abolicionista se baseou na crítica ao escravismo em termos éticos e econômicos” (VENTURA, 2000, p. 341). Essa consciência está presente no discurso da Associação Abolicionista Alagoana, como será possível notar na passagem em que iremos destacar logo mais.<sup>2</sup>

Outro importante intelectual, inclusive já citado, que debateu sobre a escravidão foi Rui Barbosa. Para o jurista baiano, o trabalho livre iria civilizar e industrializar o país, ou seja, o Brasil seria uma nação civilizada e moderna, pois a escravidão e a mestiçagem eram entendidas como um mal para o país alcançar a tão sonhada modernidade. Como mostra a fala do presidente da província alagoana em 1888 “idéa vencêdora no espirito publico a necessidade de apagar da face do paiz a feia macula do captivo, avessa á moral e á civilização do tempo atual, por constituir insuperável obstaculo a nosso progresso e adiantamento”<sup>3</sup> Maria Cristina Machado (2000, p. 35-36) comenta que para Rui Barbosa

<sup>2</sup> Parte deste texto foi apresentado no I Encontro Norte Nordeste de Historiadores da Educação/ V Encontro Cearense de Historiadores da Educação, o qual foi realizado em junho de 2006, na cidade de Guaramiranga - CE. (Cf. SANTOS, Mônica Luise. *Artur Ramos e as teorias racistas do século XIX: uma leitura sobre o pensamento dos Fundadores da Escola Central de Maceió*).

<sup>3</sup> Fala da exposição do presidente da província de Alagoas, Antonio Caio da Silva Prado, sobre os negócios da província ao passar a administração da província para o vice-presidente Manoel Gomes Ribeiro. Diário das Alagoas, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1.

“o trabalho livre desencadearia uma série de mudanças necessárias ao progresso do país, como a viação férrea, colonização, indústria, entre outras”.

Ao contrário dos abolicionistas, os senhores de engenho e políticos conservadores acreditavam que a proposta de uma abolição imediata dos escravos, poderia causar uma convulsão social, pois a principal atividade econômica do país era agricultura e os escravos eram usados como mão-de-obra barata. Um parlamentar da Assembléia Geral da Corte, favorável a abolição, defendia uma emancipação que não desordenasse o trabalho, “não ferir os direitos dos senhores, e não agravar a situação já bastante crítica das finanças do país”<sup>4</sup>. Para dar credibilidade a extinção gradual dos escravos, seus defensores tomavam como exemplo o histórico das abolições dos países europeus, já que “Inglaterra, Espanha e França se punham historicamente como estruturadores de diretrizes no campo legislativo, sob vigília dos nossos juristas”(MADEIRA; SANTOS, 2006). É importante lembrar que antes da abolição definitiva, aprovada em 1888, pela Lei Áurea, houve em 1850 a proibição da entrada de escravo com a Lei Eusébio de Queiroz. Em 1871 a Lei do Ventre Livre libertou os filhos nascidos do ventre escravo e em 1885 a Lei do Sexagenário libertou os escravos idosos a partir dos 60 anos. Desse modo o processo de abolição da escravatura não foi tão imediato, pois conforme a necessidade das elites que comandavam politicamente e economicamente o Brasil os escravos foram sendo libertos. Segundo Chiavenato (1980, p. 212) a Lei Áurea apenas regularizou a situação, pois segundo ele a população negra em 1888 já estava praticamente livre. Afirma ainda que “a abolição libertou o homem branco dos escravos”.

## **2.2 A Sociedade Libertadora Alagoana e os fundadores da Escola Central**

Retomando o que fora afirmado, a Escola Central somente tornou-se instituição pela ação decisiva da Sociedade Libertadora Alagoana. A referida sociedade surgiu envolta de muitas outras sociedades e associações abolicionistas fundadas entre as décadas de 1850 e 1880 no Brasil. Sobre esta questão, destaca Botelho e Reis

Após a Lei Eusébio de Queirós começaram a surgir as primeiras associações abolicionistas [...]. Na década de 1870, no Rio de Janeiro foram fundadas, em abril, duas associações: a Sociedade de Libertação e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Na mesma época, instalou-se em São Paulo a Sociedade Redentora da Criança Escrava, formada exclusivamente de mulheres, dedicadas a libertar os cativos menores de idade. Na década de 80, quando o

---

<sup>4</sup>A discussão foi reproduz pelo jornal *Orbe* de 19 de julho de 1885.

aboliconismo radicalizou a luta, as associações multiplicaram-se por todos os pontos do país. (BOTELLO; REIS, 2006, p. 219).

No Nordeste brasileiro foram criadas a Sociedade Abolicionista Maranhense, a Comissão Emancipadora de Natal, a Sociedade Cearense Libertadora e a Sociedade Libertadora Alagoana (SANTOS, 2006).

Cumprir lembrar, entretanto, o caráter conservador dessas organizações, que mantiveram, em grande parte, uma atitude piedosa e paternal em relação aos cativos, contribuindo para que os processos de emancipação se dessem de forma pacífica, dentro da ordem e dos limites da estrutura econômica e sociopolítica brasileira. (BOTELLO; REIS, 2006, p. 220)

As mesmas autoras revelam que as associações abolicionistas por terem os objetivos idênticos mantinham contatos, promoviam encontros, “atuavam na imprensa, propandeavam a extinção da escravidão e criavam um clima de agitação favorável às idéias anti-escravistas”. Quanto a esta questão, o historiador alagoano Abelardo Duarte (1966, p. 40) afirma que a campanha abolicionista na então Província das Alagoas e principalmente em Maceió se fez obedecendo a um plano de ação conjunta com os clubes abolicionistas e com apoio dos grêmios literários ou de outras finalidades que apesar de não se declararem abolicionistas, colaboraram ostensivamente na propaganda. Dentre as sociedades alagoanas que davam apoio, estava a Sociedade Montepio dos Artistas, a Sociedade Filarmônica Minerva, a Sociedade Libertadora Artística. Alguns dos sócios da Sociedade Libertadora eram também membros dessas sociedades. Duarte salienta que a publicidade abolicionista tinha por base o fator emocional, o qual segundo ele foi o responsável pelo êxito da Campanha Abolicionista. Quanto à Sociedade Libertadora Alagoana assegura que “as manumissões públicas, que a Sociedade Libertadora Alagoana levou a efeito, nesta cidade, e na Província apoiavam-se evidentemente nesse fator emocional” (DUARTE, 1966, p. 40).

A Sociedade Libertadora Alagoana foi fundada em 28 de setembro de 1881, dez anos após a Lei do Ventre Livre, como foi destacado no discurso de abertura da entidade. Abelardo Duarte (1966, p. 35) lembra que o ano de fundação da Sociedade foi marcado pelo início na província alagoana de outra fase política, com a cisão do partido Liberal o qual, a época, ocupava o governo provincial na administração de José Eustaquio Ferreira Jacobina, e pela agitação do movimento abolicionista, em meio à defesa da causa republicana. Abelardo Duarte ressalta que a Abolição da Escravatura provocou a divisão do Partido Liberal em dois blocos. De um lado ficaram os que queriam a abolição imediata

e do outro, os que não desejavam para logo. A defesa da causa republicana ficou em segundo plano e o movimento abolicionista passou ser a principal causa. O que faltou ao movimento republicano se fez presente no abolicionista:

Aquele sentimento de ordem, de organização, de planificação da campanha e de entusiasmos pela idéia, que faltou à campanha republicana, obteve-o com relativa facilidade a abolicionista, deflagrada pela imprensa, e demagogicamente pela tribuna e pelos comícios e arregimentada ainda pelos clubes e sociedades redentoras (DUARTE, 1966, p. 35-36).

A referida Sociedade tinha como alguns de seus membros professores de instituições educacionais alagoanas, como Francisco de Paula Leite e Oiticica, Francisco Domingues da Silva e Francisco Dias Cabral<sup>5</sup>. Fizeram parte da primeira diretoria da dita Sociedade: Antonio Monteiro Braga – presidente, Souza Braga – Vice-presidente, Antonio Duarte – 1º secretário, Guilherme Pinto - 2º secretário, Alves Tosta – tesoureiro, Diéguas Junior – orador, Francisco Domingues. Este último, o principal incentivador da Escola Central, foi também diretor e professor da instituição e um dos principais abolicionistas alagoanos. Em 1884 ele retirara-se do Conselho e retornaria mais tarde como 1º secretário. A Sociedade teve também por sócio José Higino de Carvalho, Luiz Mesquita, Guido do Duarte, Eusébio de Andrade, o músico alagoano Misael Domingues<sup>6</sup> entre outros. Felix Lima Júnior (2001, p. 109) ressalta que “médicos, estudantes, advogados, funcionários públicos, comerciantes, proprietários, até estrangeiros, assinaram propostas de admissão” a Sociedade Libertadora.

A Sociedade revelava seus propósitos no discurso de abertura, proferido por um de seus sócios e lente de geografia do Liceu Alagoano: Manuel Baltazar Pereira Diéguas Júnior, orador oficial:

A epoca da propaganda passou. Dezoito seculos de ensinamento gerou funda convicção nos espiritos. Felizes de nós, si ella se fizer realidade pela evolução natural, com o concurso unanime ou predominante dos que podem ser agentes de sua realisação. A sociedade Libertadora é o congregamento d’esses agentes, facilitando a marcha pacifica da idéa concretisada na realidade. . E’ esta sua razão de ser; ella não propaga executa; não mostra somente o trilho, conduz [...]. Promover a libertação pelo auxilio dos peculios formados, indicar meios de

<sup>5</sup> Francisco de Paula Leite e Oiticica foi professor do Liceu de Maceió, Senador da República e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas no período de 1922 a 1925. Francisco Domingues da Silva era conhecido como Chico Domingues, e também administrava o Colégio Bom Jesus, de natureza particular, fundado em 1872. Dias Cabral foi diretor do Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho e do Liceu de Artes e Oficio, além de professor do Liceu provincial e médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia.

<sup>6</sup> Misael Domingues era irmão de Francisco Domingues. Além de músico era engenheiro, exercendo a profissão trabalhou na construção de estradas de ferro em várias cidades brasileiras. Foi professor de desenho do Colégio Bom Jesus cujo proprietário era seu irmão. Segundo Barros (2005, p. 433) Misael Domingues foi autor de polcas, valsas, choros e maxixes, num total aproximado de 90 obras. Em 1982 a EDUFAL reeditou a obra Polcas.

facilitar a extinção da escravidão sem prejuízo duramente sensível dos interesses radicados, empenhando os recursos proficuos que a associação cria e amplifica; tões são os fins e os meios que assistem a organização da sociedade Libertadora. Seu empenho só terminará, quando, se tendo expulsado de nossa organização social o ultimo de todos os escravos, podemos proclamar o mais facundo dos principios economicos: o trabalho livre exercido pelo homem livre. Os estados no sul (Estados Unidos) tiverão de ceder, e a emancipação proclamou-se pelas armas, com sacrificio de vidas e de interesses; e proclamou-se com todas as graves consequencias da precipitação e da anarchia. E' isto o que a Libertadora procura evitar antecipando o desfecho pacifico da acção<sup>7</sup> (Gazeta de Noticias, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214, p. não identificada).

O propósito da Sociedade, como foi possível observar no discurso acima, era promover a libertação dos escravos de forma pacífica, de modo a não prejudicar os interesses da sociedade latifundiária e da economia. Para os membros da entidade, a abolição traria melhoria para a vida econômica do país. Desse modo, a extinção da escravidão era uma necessidade da sociedade em geral (SANTOS, 2006).

A Sociedade Libertara Alagoana contou como o apoio de alguns periódicos fundados no período da campanha abolicionista. O jornalista e escritor Craveiro Costa afirma que:

A libertação dos escravos, apaixonando os espiritos e fazendo vibrar toda a sentimentalidade nacional, congregava as mais fulgidas celebrações. A' par dessa campanha vinha a evangelização da republica. Fundaram-se então numerosos jornais, fundaram-se agremiações de propaganda, sugeriram diariamente grandes combatentes, muitos deles egressos dos partidos tradicionais (COSTA, 1931, p. 116).

Não somente nesse período, mas durante o século XIX foi criado na província das Alagoas um número bastante expressivo de jornais. Em geral, os periódicos circulavam por pouco tempo. Craveiro Costa (1931, p.103) ressalta que a causa do pouco tempo de circulação dos periódicos era a ligação deles com alguma doutrina partidária ou por estarem envolvidos em movimento emancipatório, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

Entre os jornais fundados na época da abolição da escravatura estavam a *Gazeta de Noticias*, de propriedade de José Higino de Carvalho, que circulou em Maceió durante o final do século XIX e início do XX; o *Lincoln*, fundado em 1884, estava sob a direção da Sociedade Libertadora Alagoana, cujos redatores eram Francisco Domingues da Silva, o professor Luiz Lavenère e o Euzébio de Andrade, como também a *União*, que circulou nos anos de 1887 e 1888 de propriedade de Joaquim Moreno e Joaquim Casimiro; semanário

<sup>7</sup> Discurso pronunciado na sessão solene de instalação da Sociedade Libertadora Alagoana em 28 de setembro de 1881 por seu orador.

*Correio de Maceió*, fundado em 1881 por Guilherme Pinto de Amorim e o *Gutenberg*, de propriedade da Associação Tipográfica de Socorros Mútuos, criado no mesmo ano da fundação da Sociedade. Este liderou a Campanha Abolicionista, como afirma Craveiro Costa:

Houve mesmo um período de intensa atividade jornalística. Mas quase todos esses jornais criados para o feito daquelas campanhas, passaram fugazmente. De todos o mais notável, por ter concentrado todas as aspirações dessa quadra de agitação democrática e por ter sido o único que subsistiu, foi o *Gutenberg* (COSTA, 1931, p.115).

Todos os jornais citados deram apoio à Sociedade Libertadora Alagoana. A *Gazeta de Noticias* disponibilizou 50 edições “cedendo as colunas para as publicações e as oficinas para qualquer obra” (LIMA JUNIOR, 2001, p. 111) inclusive anunciava em seus exemplares a não-divulgação de anúncios de escravos fugidos. A Sociedade Libertadora designou Diégues Júnior para ser o redator, como também o professor Luiz Belarmino de França Cerqueira, como redator do jornal *Correio de Maceió*. Dos principais jornais que davam apoio a Sociedade Libertadora destaca-se o *Gutenberg*. Felix Lima Júnior (2001, 187) declara que o *Gutenberg* foi “abolicionista antes de 13 de maio de 1888 e republicano antes de nascer o sol em 15 de novembro de 1889”. Abelardo Duarte também afirma que em 1883 o jornal assumiu abertamente a campanha abolicionista. As ações da Escola Central também eram publicadas por ele, e por outros periódicos que eram a favor da causa abolicionista. Um exemplo do apoio dado a entidade foi a nota publicada pelo jornal sobre a exposição de objetos produzidos pelos alunos da Escola, em função da comemoração pelo 4º aniversário da instituição:

#### Escola Central

Abre hoje a noite o seu edificio á exposição publica a Escola Central. E´ uma exposição a que deve comparecer o povo geral, pois que deste modo se certificará das vantagens que tem trazido esse estabelecimento nem só á educação e instrução de seus asylados como do desenvolvimento das artes. Pedimos, pois ao povo que deixando hoje de parte o seu indifferentismo a essas demonstrações da iniciativa individual, corra á Escola Central a apreciar os artefatos e objetos de artes alli manufacturados pelos seus educandos, habilmente mestrados por artistas e festejadamente dirigidos pelo incansavel sr.director Francisco Domingues. A escola permanecerá em exposição das sete ás 10 horas da noite, para o que não ha convite particulares (*Gutenberg*, Maceió 22 abril de 1891, ano X, n. 88, p. 1.)

Quanto à imprensa escravagista, ela era representada pelo *Diário das Alagoas*, ligado ao Partido Conservador, cuja circulação manteve-se durante muito tempo atrelado ao poder dos presidentes da província alagoana. *O Diário das Alagoas* passou a divulgar

entre as décadas de 1850 e 1860 anúncios de escravos fugidos, bem como comunicava a venda destes expondo-os como objetos. Como foi possível observar naquele impresso do dia 01 de julho de 1858 “*Vende-se um carreiro, ainda moço e sadio á tratar com José Antonio da silva Costa*”. Os anúncios de venda não se referiam apenas a negros adultos, mas também a adolescentes: “*Compra-se por qual quer preço uma mulatinha de 13 a 14 annos; quem a tiver dirija-se á rua do Macena casa n. 52*” (*Diário das Alagoas*, 25 de janeiro de 1869) , “*Joaquim da Cunha Meirelles, compra escravos de 12 a 30 annos, boas figuras, e paga-os por bom preço no caso que agradem*” (*Diário das Alagoas*, 27 de novembro de 1860). Nos anúncios constavam referências sobre as habilidades dos escravos, com relação ao trabalho, como mostram os dois anúncios abaixo:

Escravo fugido

Desde o dia 21 do corrente que se acha fugido o escravo cabra Marcelino pertencente ao snr. Major José Guedes Nogueira. No dia 22 foi elle encontrado no tabuleiro das Alagoas se dirigindo para esta cidade, e como há tempos manifestasse o desejo de ser vendido para Pernambuco receia-se que intente ganhar esta província. Elle é de estatura regular, barbado, levados ou entrada externas quase puxando a calvo, bonito porte e feição agradável; tem um dedo da mão direita o primeiro aleijado, proveniente de um panarício; representa ter 30 a 35 annos, é ladino; entende alguma cousas de alfaiate e tem todos os dentes perfeitos. Gratifica-se a quem o capturar e o apresentar ao dito snr. major José Guedes, em S. Miguel, ou aos abaixo assignados.

Jaraguá, 23 de dezembro de 1858

Barboza e Vasconcello

(*Diário das Alagoas*, 04 de janeiro de 1869, ano XII, p. 4)

Fugiu no dia 27 do passado, o escravo Manuel em companhia de uma cabocla com uma menina, intitula-se casado, tem idade 22 annos, é pardo, estrutura quase regular, sequinho, tem falta de dentes na frente e uma berruga na face direita, sabe ler , escrever e contar e musica, é official de alfaiate, e entende alguma cousa de sapateiro; quem trouxer será bem recompensado.

Maceió 1º de julho de 1885

Lauriana Adelina de Moraes Romeiro

(*Orbe*, Maceió 28 de julho de 1885, p.3, ano VII)

O primeiro anúncio apenas comunica que o escravo tem saber de alfaiate. No segundo publicado pelo jornal *Orbe* mostra que o escravo é instruído nas letras, fato pouco comum ao negro principalmente na condição de escravo. Isto nos revela a importância desses anúncios para captar elementos sobre os negros que, de outro modo não é possível acessar. A fidelidade na caracterização do negro fugido é um elemento importante para a pesquisa.

No ano da abolição da escravatura o *Diário de Alagoas* publica na véspera da promulgação da Lei Áurea, 12 de maio de 1888, uma nota da Sociedade Libertadora Alagoana convidando a sociedade, através das instituições, a participar da festividade da

Abolição. O que demonstra que a sociedade alagoana com traço quase que exclusivamente conservador já aceitava conceder liberdade ao negro:

Devendo em breve estar convertido em lei o projecto da abolição immediata e incondicional da escravidão no Brazil, o conselho da Sociedade Libertadora Alagoana deliberou reunir a assembléa geral de todas os associados e convocar uma confederação de todas as sociedades, scientifica, litteraria, recreativas, philarmonicas, institutos, clubs, montes pios e mais corporações e representantes de toda a classes sociais, civis, ecclesiásticas, militares a fim tratar-se dos meios a leva-se a effeito um grande festival com que n'esta cidade deve ser solemnemente saudado o dia em que chega a noticia da sennção da lei da abolição da escravidão do Brazil (*Diário das Alagoas*, 12 de maio de 1888, ano XXX I, n. 110, p. 2).

Voltando a Sociedade Libertadora Alagoana, Felix Lima Junior (2001, p. 112) afirma que além da propaganda nos jornais a entidade “levava sua ação aos lares, promovia conferências públicas, libertava cativos”. Albuquerque (1989, p. 149-150) também destaca, “[...] fazia campanha da capital aos lugarejos mais distantes”. E a mesma autora ressalta que a campanha abolicionista em Alagoas se deu de forma pacífica: “Esta campanha em Alagoas não foi violenta e nem encontrou resistência alguma. Foi, aliás, muito bonita” (ALBUQUERQUE, 1989, p. 149). Segundo Antonio Ribeiro (2003, p. 18) o processo abolicionista no Nordeste canavieiro foi lento, gradual e bastante conturbado, pois o trabalho escravo para esta região não era um entrave, mas sim uma “pedra de salvação”, já que a cana de açúcar era a principal atividade econômica. Sendo assim, ao que parece, a Abolição da Escravatura em Alagoas encontrou a resistência das oligarquias. Além da Sociedade Libertadora Alagoana foram fundadas na província alagoana as seguintes entidades abolicionistas: a Sociedade Abolicionista das Senhoras, o Clube Abolicionista, a Comissão Emancipadora de Escravos e a Sociedade Libertadora Artística.

Para se manter economicamente a Sociedade Libertadora contava com o apoio do governo provincial por meio das rendas das loterias da província. É importante salientar que no período a província alagoana estava sob o poder do Partido Liberal o qual era favorável à extinção da escravidão.

Após seis anos de fundação, a Sociedade Libertadora Alagoana cria a Escola Central, com o propósito de educar e instruir meninos negros libertos, pois se entedia que, através da educação, os pequenos ficariam livres de traços socialmente indesejáveis de sua etnia. Vale lembrar também que este propósito era imposto aos pobres de um modo geral. Para os intelectuais da época, a forma de superar comportamentos socialmente não-desejáveis era a educação (SANTOS, 2006).



Em 13 de maio de 1888, dia da promulgação da Lei Áurea, os membros da Sociedade Libertadora se reuniram no Teatro Maceioense, o mesmo local onde foi aberta a referida Sociedade em 1881, para festival abolicionista, comemorativa a Libertação dos Escravos. Segundo Lima Júnior (2001, p. 112) em meio à solenidade Bonifácio Silveira fez a leitura do telegrama que noticiava a assinatura da Lei Áurea, sendo recebida com vivas e aplausos. Ressalta que a festa continuou no dia 19 de maio como uma procissão cívica, “na qual incluíram 5 carros com figuras alegóricas: Brasil, Liberdade, Justiça, Trabalho e Escravidão Redimida”. Nessa festividade os alunos da Escola Central também participaram, ao cantarem o Hino da Abolição de autoria de Luiz Mesquita, membro da Sociedade, e música do maestro Joaquim Antonio.

Parabéns! Extranha aurora

Vem brotando em céu d’anil:

- E’ a idea redemptora

Do futuro do Brasil! –

Coro

Eia! á luta, phalange de bravos,

Que! essa luta é justiça! é dever!

Quem cahir defendendo os escravos

Tornará pela gloria a s’erguer!

Voluntários sacrosantos!

Tiradentes redivivos!

Todo pranto, em nossos mantos

Enchugemos, dos captivos!

Eia! a luta phalange de bravos,

Etc., etc., etc.

E chegamos da gloria ao baluarte

Que a metralha não póde abater,

Inscrevamos no nosso estandarte:

- Liberdade! Luz! Gloria! Dever!(*Gutenberg*, Maceió, 13 de maio de 1890, ano X, n. 102, p. 1.).

No dia 20 de maio de 1888, segundo o autor do ABC das Alagoas, Francisco Reinado Amorim de Barros (2005), a Sociedade Libertadora encerrava suas atividades, indo ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas em procissão cívica junta às demais Sociedades que apoiavam a causa. Nessa festividade a Sociedade Libertadora Alagoana entrega ao Instituto a ata de sua ultima sessão, “na qual estão expostas as razões de sua dissolução”. Felix Lima Junior (2001, p. 113) assim descreve o fim da Sociedade

Libertadora: “não se fazia mais necessária a sua benemérita ação. Com a Lei de 13 de maio, a Lei Áurea, que imortalizou a Princesa Isabel e lhe tirou o trono, tinha desaparecido o último cativo do Brasil!”

### **2. 3 O fim da escravidão negra: manutenção do preconceito e da desigualdade**

Como já foi comentado no texto, a sociedade brasileira ainda que defendesse o fim da escravidão por razões políticas, econômicas e sociais, conservava um forte preconceito em relação aos negros e mestiços. A Ciência racista da época afirmava a inferioridade dos negros e mestiços, e os próprios abolicionistas faziam parte dessa Ciência. Os abolicionistas, embora defendessem a extinção da escravidão consideravam os negros inferiores aos brancos e pregavam o fim da heterogeneidade das etnias, a fim de que a cor branca prevalecesse. O Brasil tinha a pretensão de atingir ideais europeus de civilização, no entanto, tanto a escravidão, como também a mestiçagem e a falta de pessoas letradas tornavam-se um empecilho para alcançar tal objetivo. Segundo Chiavenato (1980, p. 173) abolicionistas como Joaquim Nabuco, já saíram do processo vitorioso da libertação do negro pensando em torná-los branco. Ainda afirma que Joaquim Nabuco foi um dos precursores do branqueamento da população brasileira seguidos de outros abolicionistas, como Rui Barbosa, Mello Franco e Euclides da Cunha. Lembra que até José do Patrocínio, mulato, e um dos mais atuantes da causa abolicionista, “entendia que a opressão racial acabaria com branqueamento dos da sua cor” (CHIAVENATO, 1980, 173).

A partir da metade do século XIX, há um intenso debate em torno da universalização do conceito de civilização européia, e cabia a educação escolar o poder de homogeneizar as etnias. A idéia de homogeneizar os grupos étnicos, ganha um apoio considerável com o desenvolvimento da teoria evolucionista de Charles Darwin. Mariléia dos Santos (2002) destaca que “Foi com a evolução do darwinismo e sua aplicação no mundo antropológico-social que a questão da raça ganhou um enfoque mais radical”, argumenta ainda:

A Europa “civilizada”, branca era tomada como paradigma para a compreensão da cultura do mundo, como se fosse possível fazer transplante de valores. A biologia será a chave mestra para esta compreensão e fornecerá os elementos pelos quais a idéia de raça se transformará em racismo científico.

Os darwinistas sociais “baseado nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural” acreditavam na existência de uma raça pura, forte e sábia, no caso a branca,

eliminar as raças mais fracas, ou seja, a negra e a indígena. Essa visão era aceita por Silvío Romero<sup>8</sup>, como foi destaque nos escritos de Arthur Ramos (2004, p. 108): “Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos, pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá”. Para o darwinismo social a mestiçagem não só promovia a degeneração racial como também social. Schwarcz (2004, p. 61) destaca que “para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades *puras*”, ou seja, aquelas que estivessem livres da mestiçagem.

Autores europeus como o Conde Arthur de Gobineau que veio ao Brasil em 1869 em artigo sobre defesa da imigração européia para o Brasil, apresenta a mestiçagem como algo altamente negativo, já que os mestiços constituiriam uma raça em processo de degeneração (ROCHA, 2004, p. 19). Este autor destaca que para Gobineau o futuro do Brasil, por ser um país composto de negros e mulatos era bastante sombrio. No entanto ressalta que Nina Rodrigues<sup>9</sup>, ainda que apresente argumentos semelhantes ao de Gobineau em sua obra *Os Africanos no Brasil*, se mostra menos pessimista ainda que para ele, a presença da raça negra na constituição da população brasileira seria sempre um dos fatores de inferioridade da nação brasileira. Entretanto Nina Rodrigues considerava que eram precipitadas as teorias científicas que apontavam à impossibilidade de uma nação constituída de negros no futuro.

No Brasil, o movimento racista teve seu início a partir da década de 1870, quando na Europa ele ia perdendo espaço. Tomados pelo discurso civilizador europeu, as teorias racistas chegaram tanto para justificar a hierarquia social existente, elite branca ocupando o topo, mestiços e negros como trabalhadores braçais ou escravo ocupando a base, como também “[...] se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava” (SCHWARCZ, 1993, p.18).

No Brasil, as teorias racistas eram lideradas por intelectuais: políticos, literatos, acadêmicos, cientistas e missionários, chamados “homens de ciências”, dos quais destacamos Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oswaldo Cruz. Esses intelectuais adotaram o modelo *evolucionista*, ou o chamado *darwinismo social*, como base

---

<sup>8</sup> O sergipano Sílvio Romero formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife publicou várias obras tratando do negro e da mestiçagem no Brasil nos aspectos cultural: “História da Literatura Brasileira” Estudos sobre a poesia popular no Brasil (1888)

<sup>9</sup> Nina Rodrigues, médico, etnólogo e professor de medicina legal da Faculdade da Bahia, escreveu além de *Os Africanos do Brasil* (1869) vários livros e artigos sobre o negro e a mestiçagem como: “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1894), citado no texto, “Animismo Fetichista” (1896), “Os mestiços brasileiros”, artigo publicado em 1890.

de leitura para entender a questão étnica do Brasil. “Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una” (SCHWARCZ, 1993, p.18).<sup>10</sup>

#### 2.4 Arthur Ramos: um crítico das teorias racistas do século XIX<sup>11</sup>

Arthur Ramos, intelectual alagoano da primeira metade do século XX discutiu a questão racial no Brasil do XIX. Foi um dos primeiros antropólogos brasileiros a elaborar uma teoria crítica sobre a temática. No comentário de Izaac Lima, o antropólogo alagoano

Estudou detidamente o negro brasileiro, freqüentando as comunidades negras, terreiros de umbanda e xangôs, observando-lhes usos e costumes, nos aspectos étnico e religioso, místico e psicológico, folclórico e mágico, numa documentação pioneira e jamais vista, estabelecendo, enfim, por meio de fato científico, sua importância na formação da raça. (LIMA, 2004, p. 30)

Arthur Ramos publicou alguns livros sobre o “problema do negro” brasileiro. O primeiro deles foi “O negro brasileiro” (1934), o qual o consagra como antropólogo. Na seqüência tem “O folclore negro do Brasil” (1935), “As culturas negras do novo mundo” (1937), “A aculturação Negra no Brasil” (1942), “Introdução a Antropologia brasileira” (1942), entre outros.

Para Arthur Ramos, as análises do fenômeno da mestiçagem feitas por Nina Rodrigues e Sílvio Romero, quanto à questão racial, foram elaboradas de modo apressado e equivocado. O antropólogo esperava que os brasileiros, ao lerem sua obra, conseguissem perceber que muitas das idéias “estereotipadas” sobre a mestiçagem no Brasil, “[...] nasceram de observações apressadas sobre nosso país ou então terem sido efetuadas por homens de ciência utilizando de métodos errôneos ou pertencendo a ‘escolas de pensamento’ já em desuso” (sic) (RAMOS, 2004, p. 11). Quanto a essa questão, Schwarcz (1993, p. 41), em sua obra *O espetáculo das raças*, também destaca que os intelectuais brasileiros “[...] tenderam a adotar os modelos evolucionistas e em especial social-darwinistas, já bastante desacreditados no contexto europeu, que tinham como objetivo central o estudo das raças e a verificação de sua contribuição singular.” A mesma autora comenta que a tradução dos pensadores estrangeiros não se deu aleatoriamente, mas antes, por meio do trabalho de seleção de textos: “A tradução implica seleção prévia de textos e

<sup>10</sup> SANTOS, 2006.

<sup>11</sup> Idem

escolha de certos autores em detrimento de outros” (SCHWARCZ, 1993, p. 42). Citando Ventura (1988, p.7), a autora ressalta que o pensamento racial europeu adotado pelo Brasil não foi, ao que parece, fruto da sorte: “Introduzido de forma crítica e seletiva, transformase em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e nos respaldos a hierarquias sociais já bastante cristalizadas” (SCHWARCZ, 1993, p. 42). Ventura (1991, p. 60) destaca que

[...] o racismo científico assumiu uma função interna, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior.

A idéia do antropólogo alagoano sobre o fato dos cientistas pertencerem “a ‘escola de pensamento’ já em desuso”, endossada por Lilia Moritz Schwarcz (1993) ao que parece, merece reservas, pois as idéias racistas sobre a produção de uma raça pura ou ariana do século XIX deram bases ao Nazismo e ao Fascismo no século XX. Isto significa dizer que, mesmo de pouco prestígio do ponto de vista intelectual, elas tinham demasiada força na ordenação de sistemas políticos, de largo impacto como testemunhou a humanidade, com os horrores da 2ª Guerra Mundial.

Arthur Ramos mantinha reservas em relação ao saber científico na versão clássica, ao chamar atenção para uma espécie de meia-ciência dominante à época:

Mesmo alguns cientistas endossaram as opiniões clássicas referentes à perda do vigor nos mestiços, às desarmonias de caráter, à perda de fertilidade, a sinais de ‘degenerescência’, etc. [...] preconceitos responsáveis pelo advento das teses racistas, que fizeram surgir, conseqüentemente, toda uma série de medidas legais visando impedir a mestiçagem [...] (RAMOS: 2004, p. 45)

O antropólogo ressalta que o preconceito dificultou uma averiguação “objetiva e científica dos produtos da mestiçagem” (2004, p. 45). Como, por exemplo, a inferioridade dos mestiços, principalmente do negro. O autor parte da idéia de que a Ciência, quando bem aplicada, poderia “corrigir” a forma de pensar dos autores. Segundo Ramos (2004), essa inferioridade atribuída àquela etnia foi por conta do preconceito lhe ser mais acentuado que no índio. Sobre esta questão, destaca:

Não há razões históricas para subestimar uns e exaltar outros. A evidência histórica traz argumentos favoráveis a ambos os casos da mestiçagem: a do Branco com o Índio, como a do Branco com o Mulato, permitindo a formação de fenótipos mestiços resistentes. Os grupos ‘incapazes’, degenerados’, ‘neurastênicos’... (se é que existiram), deveram essas qualidades negativas aos

fatores múltiplos de alimentação, meio social, condições econômicas, em suma, a um complexo de fatores culturais, com que a 'raça' nada tem a ver. (RAMOS, 2004, p. 157)

Entretanto, em outro momento Arthur Ramos declara que, quanto ao aspecto cultural, o negro era superior ao índio. A respeito cita:

[...] analisando o valor respectivo do índio e do negro, alude Nina Rodrigues à 'impossibilidade da civilização e cultural do brasílio-guarani', o que certamente denunciava um preconceito da época, mas defendia, ao revés, o Negro, no qual enxergava, com razão, uma superioridade, não diríamos, hoje, 'racial' mas 'cultural'. Começa com razão, Nina Rodrigues, o seu tópico sobre o Negro, escrevendo: 'Do negro, os interesses inconfessáveis da escravidão e as lutas incandescentes do abolicionismo tornaram os juízos mais contraditórios'. (RAMOS, 2004, p. 98)

Apesar de defender a igualdade étnica Arthur Ramos considerava a cultura africana inferior, como afirma Jerry Dávila

Embora negando a existência da inferioridade racial, Ramos media as diferenças no desenvolvimento. Isolou aspectos da cultura afro-brasileira que considerava patológicos, e esforçou-se por elimina-lo. Dizia: 'Mas, destruindo o preconceito da nossa inferioridade ética, não devemos esquecer, contudo, o lado sociológico, de culturas atrasadas dificultando a obra da nossa educação'. (DAVILA, 2006, 75)

Através dessa citação percebemos que o preconceito contra o negro ainda estava presente nesse intelectual que se posicionou como crítico das teorias racistas do século XIX e ainda difundidas nas primeiras décadas do século XX. Arthur Ramos, como os outros intelectuais do século XIX, considerava a educação um processo de branqueamento do negro, do ponto de vista da cultura. Neste sentido o antropólogo apresenta as mesmas opiniões defendidas por intelectuais do século XIX, ainda que se posicione contrário a inferioridade do negro e do mestiço.

## CAPITULO III

### A INCLUSÃO ESCOLAR DE MENINOS NEGROS: UMA EXPERIÊNCIA NO IMPÉRIO EM ALAGOAS

#### 3. 1 A educação escolar do século XIX em Alagoas

Antes de tratar do desdobramento da Escola Central farei um mapeamento de como era a educação alagoana a partir da segunda metade do século XIX, segundo nos informa os relatórios de províncias, expedientes administrativos e matérias jornalísticas dos periódicos que circulavam em Maceió no século XIX, dados estes mapeados durante a realização da pesquisa sobre a educação em Alagoas da qual tenho participado desde junho de 2004.<sup>12</sup>

A educação brasileira do século XIX era destinada a uma pequena parcela da população e em Alagoas não foi diferente, uma vez que havia um grande número de analfabetos na província. As escolas públicas primárias de Alagoas eram freqüentadas pela classe popular. Durante o século XIX existiram poucas escolas públicas como também particulares. Grande parte das escolas de instrução primária era destinada ao sexo masculino, bem como os colégios de ensino secundário, os quais eram freqüentados pela classe social mais privilegiada. O número de alunos que freqüentava estes estabelecimentos era bastante reduzido. A maioria dos colégios secundários era de natureza particular, os quais também ministravam o ensino primário, como por exemplo, Colégio São Domingos, Colégio Bom Jesus, Colégio Sete de Setembro, Colégio São José, Colégio São Bernardo. As instituições de ensino particular recebiam os alunos no regime de internato, externato e semi-externato, enquanto que o ensino público primário e secundário era livre. O ensino secundário público era ministrado no Liceu de Maceió e nas cadeiras de latim e francês na cidade de Penedo. A Escola Normal, criada em 1869, inicialmente atendia rapazes da elite. Com o tempo passou a ser freqüentada pelas moças. Ela funcionava em prédio anexo ao Liceu de Maceió.

---

<sup>12</sup> A Pesquisa conta com cerca de 600 fichas catalográficas. A pesquisa atual intitulada “ROTEIRO DE FONTES DA EDUCAÇÃO EM PERIÓDICOS DE ALAGOAS - A TRAJETÓRIA DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE (1850-1950)” tem por objetivo mapear e catalogar matérias referentes à profissionalização e organização docente. Pois no período abordado foi marcado pelo processo de organização e profissionalização docente.

Diferente das escolas públicas de instrução primária, as instituições públicas de ensino secundário eram destinadas para educar intelectualmente os filhos da elite alagoana, sendo o Liceu de Maceió seu principal representante. Terminada a formação secundária no liceu os alunos prestavam exames para serem admitidos nas faculdades de Direito (Recife) ou de Medicina (Salvador). O Liceu também formava alunos para serem professores das escolas públicas e particulares de Alagoas, como também seus docentes eram responsáveis pela organização do sistema de ensino na província. Muitos de seus docentes eram proprietários de colégios particulares e também ocupavam cargo de prestígio. Nos colégios particulares de ensino secundário eram ministradas as mesmas disciplinas do Liceu. Os próprios anúncios dos colégios particulares, que circulavam nos periódicos a época, destacavam a oferta das mesmas disciplinas do Liceu. Em geral, o ensino secundário tinha como referencial o Colégio Pedro II ou o Colégio Abílio, ambos fundados no Rio de Janeiro. Essas duas instituições eram referências para a instrução secundária de todo o Império.

Quanto ao ensino primário, foi possível observar através dos expedientes administrativos do governo provincial, os quais eram publicados diariamente nos jornais contratados para expor as ações do governo, que o ensino era distribuído com maior regularidade na província do que o ensino secundário havendo cadeiras de primeiras letras tanto na capital como nas cidades do interior: Passo de Camaragibe, Penedo, São Miguel, e nos povoados e vilas como: povoação Santa Rita, a povoação de Quebrangulo, povoação de Ipioca, Vila do Pilar, Vila da Assembléia (Viçosa), Vila da Palmeira. Muitas das vilas e povoados da época são atualmente municipais ou bairros das cidades. Entretanto, em 1888, segundo o relatório do presidente da província, José Cesario de Miranda Monteiro de Barros, elas se encontravam mal-distribuídas. Ao longo da pesquisa foi possível notar que não havia prédios próprios para as escolas públicas de primeiras letras. Verifica-se nos expedientes administrativos um grande número de pedido ou ordem de pagamento de aluguel de prédios onde funcionavam as escolas, como foi publicado no *Diário das Alagoas* de 25 de janeiro de 1866, no qual a professora pública de instrução primária Crecencia Senhorinha da Gama Leite, da cidade de São Miguel, solicitava o pagamento dos aluguéis atrasados relativos ao estabelecimento no qual ensinava. Em geral, estes estabelecimentos eram as casas dos próprios professores. As escolas públicas primárias também recebiam o nome de cadeiras, sendo divididas em 1ª, 2ª e 3ª, as quais poderiam ser vitalícias ou interinas, nomeações estas dadas também aos professores. Nessa época



facilmente se criava, suprimia e transferia cadeiras fosse do sexo masculino ou feminino. Segundo o relatório do presidente da província de 1888, a província contava com 184 estabelecimentos de ensino público primário, com quase a mesma quantidade de instituições para ambos os sexos. O total de frequência dos alunos era de 4.202 alunos, Quanto ao ensino particular, havia várias escolas tendo 709 alunos matriculados.

Do ponto de vista da estrutura física, as escolas públicas eram precariamente assistidas se comparadas com as escolas particulares. Quanto ao currículo escolar o relatório de 1888, já citado, ressalta que o currículo do ensino primário da província deixava pouco a desejar, entretanto os métodos e sistema de desenvolvê-lo “póde-se afirmar, sem receio de contradicta, que permanece na rotina. Ainda argumenta que o ensino primário da província “limita-se geralmente á leitura, na reprodução material das palavras escriptas”, e com relação às outras matérias afirma que existia apenas a “decoreção material das regras contidas nas perguntas e respostas dos compendios officiaes”. Afirma ainda que os professores mais adiantados apenas formulavam as perguntas de forma diferenciada da que estava nos compêndios, bem como assegura que a educação moral e religiosa seguia os mesmos métodos.

Também foi possível constatar nas matérias jornalísticas publicadas pela administração pública o envio de portarias, requerimentos, despachos e ofícios referentes à remoção, nomeação, pagamentos de salários atrasados, licença médica e aposentadoria de professores, justificativa de faltas, exoneração, início de atividades de professores. Havia também pedidos ou autorizações de aberturas de aulas particulares de primeiras letras, como o que publicara o *Diário das Alagoas* de 21 de dezembro de 1859, no qual o diretor da instrução pública concedia licença a José Vitorino de Santa Anna, para criar uma escola de primeiras letras, na cidade de Penedo, instituição que seria de sua propriedade.

Quantos aos docentes das escolas públicas, eles poderiam ser efetivos, substitutos ou interinos. Vários deles eram veiculados pela imprensa: padres-mestre como padre Manuel Amancio das Dores Chaves, professor de Latim do Liceu de Maceió, padre Antonio Procópio da Costa, cuja atuação era elogiada pela diretoria da instrução pública, Padre José Prudente Telles da Costa, professor primário da cidade de Jacuípe, o qual foi assassinado em janeiro de 1898. Intelectuais alagoanos dessa época exerceram a docência como Manoel Baltazar Diegues Junior, Joaquim Passos, Alexandre Passos, Filinto Elyσιο da Costa Cutrin, Pedro Nolasco Maciel, Tomaz do Bomfim Espíndola. Estes também eram

autores de obras didáticas ou literárias. Em geral professores do Liceu de provincial de Maceió.

Apesar de no Império brasileiro as mulheres não terem muito espaço para trabalhar. Na docência encontra-se um número expressivo de mulheres professoras, ministrando aulas de primeiras letras entre elas Capitulina Erothildes Alves Peixoto, Josefa Pereira Basto, Jesuina Maria da Solidade, Felicia Carolina de Souza Botelho. Quanto à formação geral dos docentes, os professores do sexo masculino quando não eram formados em Direito e Medicina, tinham apenas o ensino secundário, ou só ler, escrever e contar. Com relação às professoras, a grande maioria apenas dominava o ler, escrever e contar. Com a criação da Escola Normal homens e mulheres leigos puderam ter o curso normal. A primeira instituição que surgiu para formar professores foi a Escola Normal.

Assim como nas instituições filantrópicas a educação para a classe popular era usada para civilizar a população, dando a essa camada da sociedade uma educação moral e intelectual, mas este era diferenciado do ensinado na classe dominante. O currículo da escola primária apresentava segundo o relatório do presidente da província de 1888 as disciplinas moral cívica e religiosa, lições de cousas, leitura e escrita, gramática nacional, aritmética elementar, sistema métrico, noções de geografia e história, ciências físicas e naturais, desenho - linear. Tanto as escolas particulares como as públicas apresentavam as mesmas disciplinas. No ensino secundário constava no currículo as aulas de português, inglês, francês e latim, filosofia e retórica, geografia, história, álgebra e geometria. Embora os estabelecimentos públicos, filantrópicos e particulares ministrassem as mesmas disciplinas o ensino era diferenciado. Para filhos da elite econômica havia uma educação moral, religiosa, mas, sobretudo intelectual. As instituições filantrópicas ofereciam apenas o ensino básico e o de ofícios, estes ajudariam os órfãos ou menores desamparados a terem um ofício, já que o principal objetivo desses estabelecimentos era dar uma educação profissional.

Quanto às entidades filantrópicas existentes em Alagoas, as quais cuidavam do ensino profissional, além da Escola Central foram criadas o Colégio de Educandos Artífices (1854-1861), destinado a receber menores desvalidos, O Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho (1877), criado para educar e cuidar de meninas cujos pais foram vitimados pela Guerra do Paraguai, o Liceu de Artes de Ofícios (1884), este era diferenciado, pois fora fundado para atender adultos da classe trabalhadora e artística, O Colégio São Pedro, fundado em Palmeira dos Índios e o Colégio Orfanológico, criado em Marechal Deodoro, à

época, Cidade das Alagoas, os quais também eram destinados a menores desvalido.

### **3.2 A Escola Central como resultado da aplicação da Lei do Ventre Livre**

Como antecipamos a Escola Central foi fundada em 22 de abril de 1887, pela Sociedade Libertadora Alagoana, por iniciativa de Francisco Domingues da Silva, diretor e professor da instituição. Ela foi criada com o objetivo de educar meninos negros libertos pela Lei do Ventre Livre de 1887. A referida Lei determinava que os filhos de escravos nascidos após sua promulgação, estariam livres e com direito a estudar. Mas esse direito não era concedido a todas as crianças; somente aquelas entregues ao Estado poderiam estudar como também ter liberdade. Os proprietários de escravas que pretendessem ficar com seus filhos eram isentos da obrigação de educar e ainda poderiam usufruir do trabalho do menor até este completar 21 anos. As crianças nascidas a partir da promulgação da citada Lei ficavam sob a guarda dos senhores de escravos até os 8 anos de idade. Ao entregar uma criança ao governo o senhor de escravos recebia uma indenização, como afirma o parágrafo 1º do artigo 1º:

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. ([www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm))

Antes da Lei do Ventre Livre, houve em 1870, um projeto de lei que obrigava os senhores de escravo a cuidarem das crianças nascidas do ventre escravo e eles sempre que possível também deveriam dar instrução elementar às crianças. No entanto, Gonçalves e Silva (2000) ressaltam, citando Fonseca, que mesmo o projeto conservando o direito de propriedade dos senhores de escravos, ele

produziu muita animosidade, pois feria frontalmente seus princípios morais, uma vez que a educação concedida aos escravos poderia representar uma mudança efetiva na condição dos sujeitos emancipados do cativo (FONSECA, 2000, p. 39, apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 137)

Verifica-se nesta passagem que a educação dada aos negros nesse período era para mantê-los nas mesmas condições sociais, mas agora em liberdade. Manter as mesmas condições dos negros era uma forma deles não ascenderem socialmente, como também o

meio de conservar os privilégios da elite. Além disso, havia toda uma cultura de inferioridade do negro o que justificava a posição rebaixada deste no conjunto social.

A Escola Central tinha o propósito de atender ao que determinava uma das obrigações da Lei do Ventre Livre: instruir crianças negras. O artigo 2º da citada Lei determinava que as crianças negras que fossem entregues ao governo poderiam ser entregues as associações, as quais teriam, assim como os proprietários de escravos, o direito de usufruir do trabalho do menor até ele completar 21 anos, como também poderiam alugar os serviços dos menores. No entanto, seriam obrigadas a criar e tratar os menores, além de constituir para cada menor um pecúlio (poupança). A Lei determinava que as associações a ele concedessem uma colocação apropriada, no fim do tempo de serviço.

Art. 2ª – O govêrno poderá entregar a associações, por ele autorizadas, os fillos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados.

Art. 2.º - O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os fillos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêles em virtude do Art. 1.º - 6º.

§1º - as ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1º. A criar e tratar os mesmo menores;

2º. A construir para cada um dêles um percúlio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos;

3º. A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.  
([www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm))

Gonçalves e Silva (2000, p. 138), citando Maria Luiza Marcilio, afirmam que após a Lei do Ventre Livre, muitas associações filantrópicas, laicas ou confessionais, foram criadas no final do século XIX para cuidar das crianças abandonadas, o que incluía as crianças negras, pois devido a Lei muitas foram abandonadas. A hipótese levantada por estudiosos, segundo Maria Lucia Mott (Apud. GONÇALVES & SILVA, 2000, p. 138) é que seria mais vantajoso para os senhores de escravos abandonarem as crianças em casas de expostos, e alugar as mães como amas-de-leite. A Casa dos Expostos foi um dos lugares destinados para cuidar das crianças negras libertas, na falta de associações ou instituições que deveriam ser criadas para recebê-las. Além da Casa dos Expostos, a Lei também determinava que na falta dos estabelecimentos as crianças também poderiam ser entregues a pessoas designadas pelos juízes de órfãos, ou a instituições públicas.

Segundo Moura (2005, p. 3), o governo imperial não se organizou para receber as crianças libertas. Ela ressalta que em Pernambuco não houve até onde foi possível pesquisar nenhuma instituição criada para receber as crianças negras libertas. Tentavam colocá-las nas instituições já existentes, as quais quase sempre não tinham condições de recebê-las. Segundo o presidente da província de 1888, a Escola Central era um modelo único em todo o Império, já que foi criada exclusivamente para atender meninos negros libertos com a Lei do Ventre Livre.

Ao fundarem a Escola Central os abolicionistas tinham também a intenção de promover o ideário abolicionista o que era comum ao contexto brasileiro da época. Lembra Eliane Teresinha Peres:

Associações particulares, de caráter literário e ou político, mantiveram suas próprias escolas. Por vezes, serviam de espaços de propaganda política, buscando aliciar os negros em prol da causa abolicionista e republicana. (PERES, 1995, apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 136)

### **3. 3 O desdobramento da Escola Central**

A Escola Central não representava um modelo único de instituição filantrópica no país, pois várias foram fundadas no Brasil para cuidar dos menores abandonados, como já foi mencionado, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Entretanto, ela pode ter sido a única criada para receber meninos negros, como já foi aludido. Em tal época houve um grande número de crianças abandonadas devido às epidemias, à seca e à Guerra do Paraguai (1864-1869).

O propósito maior dessas instituições era habilitar as crianças em algum tipo de ofício como marceneiro, sapateiro, carpinteiro, alfaiate, tipógrafo ou trabalho agrícola, ainda que garantissem o ensino de primeiras letras. Ao que parece, os fundadores não tinham a intenção de garantir uma educação que possibilitasse a ascensão desses meninos em profissões de grande prestígio social, e sim civilizar o país com base no modelo da etnia branca, já que os intelectuais consideravam a educação como meio de civilizar a nação e manter a ordem; educação que não era igual para todos. Para o pobre negro, mestiço ou branco, havia uma educação para o ensino de ofícios. Para os filhos da classe dominante, uma educação intelectual que permitia ter acesso a profissões bem conceituadas socialmente como médico e advogado, além de garantir a ocupação de lugares de destaque social, favorecendo assim a hierarquia social.

Com a Escola Central seus fundadores tinham a intenção de criar outras escolas em cidades da província alagoana, cuja matriz seria a escola de Maceió, por isso, a denominação de Escola Central, como revela a fala de Francisco de Paula Leite e Oiticica, membro da Sociedade Libertadora Alagoana, ao escrever em 1890 para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, para pedir ajuda na manutenção da instituição: “O próprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano de fundação de outras escolas nos differentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo centro de operações a casa da Capital”<sup>13</sup>, mas isso não chega a acontecer. A causa da não-realização desse propósito possivelmente foi devido ao alto custo de manutenção. Muitas das instituições fundadas para atender às crianças desamparadas sobreviviam por pouco tempo em razão da escassez de recursos financeiros. Normalmente as instituições filantrópicas recebiam dinheiro do governo por meio da arrecadação de loterias, da elite piedosa e dos sócios das entidades fundadoras.

A Escola Central era mantida pela Sociedade Libertadora Alagoana com verba proveniente da extração de loteria, concedida pelo Governo da Província e pela venda de artefatos fabricados pelos próprios alunos, além de donativos da elite piedosa. O relatório do presidente da província de 1888 apresentava como receita da Escola: os benefícios de loterias, a venda dos produtos fabricados pelos alunos nas oficinas e a doações de 200 mil reis pela princesa Imperial. Segundo Leite e Oiticica, para sua fundação, a Escola Central contou com a quantia de 24: 000\$ provenientes das loterias concedidas pela Assembléia Provincial. Tal quantia, segundo Leite e Oiticica, garantiu a montagem do internato, das oficinas e das demais despesas da instituição. Ressalta que o estabelecimento não teve outro recurso para sua fundação.

As oficinas de marcenaria da Escola produziam as mobílias para as instituições públicas de ensino, como informa Leite e Oiticica na citada carta: “As mobílias para as escolas publicas do Estado estão ultimamente sendo feitas nas officinas da escola, onde os alumnos trabalham com perfeição no fabrico de malas, bahun, perfeitamente semelhante às malas inglesas”. Observa-se que a instituição estava aplicando o que permitia a Lei do Ventre Livre, ou seja, a utilização gratuita do trabalho do menor. Possivelmente essa mobília era doada ao governo, uma vez que, nesse período, a Escola Central já estava sob o

---

<sup>13</sup>Citação retirada da carta de Francisco de Paula Leite e Oiticica dirigida à população do Rio de Janeiro, a qual foi publicada pela *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e reproduzida em Maceió pelo jornal *Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1.

poder dirigente de Alagoas e não mais sob a tutela da Sociedade Libertadora Alagoana. Com a Abolição da Escravatura a instituição foi extinta.

A instituição de ensino abrigava alunos internos e externos. Segundo relatório provincial do Governo da Província de 1888, a escola contava com 216 alunos, sendo 183 externos e apenas 33 internos. O pouco número de alunos internos podia ser devido à falta de recursos financeiros para receber uma quantidade maior de criança. As crianças acolhidas no formato de externato não tinham a obrigação de freqüentar todas as aulas. O internato era para aqueles meninos que não tinham quem cuidasse de sua educação, ou seja, para os órfãos.

É importante dizer que não foi possível acompanhar o desenvolvimento do primeiro ano de funcionamento da instituição, pois ainda não localizamos jornais disponíveis referentes ao ano de 1887, nem qualquer outro tipo de fonte. Assim como houve também dificuldades em localizar fontes que tratem dos últimos anos da instituição.

O Almanaque do Estado de 1891 afirma que a escola continuava a admitir alunos internos e externos: “São admittidos como internos os orphãos e menores desvalidos que não tem quem se incumba de sua educação; como externos todos que necessitam de instrucção litteraria ou profissional, qualquer que seja a sua idade, estado ou nacionalidade” (p.168). No relatório de 1888 consta que a escola ofertava aulas de primeiras letras, desenho aplicado às artes, música e as oficinas de sapataria, tipografia, tornearia, alfaiataria, marcenaria, tamanqueiro e bauleiro (fabricante de baús). Conforme o documento, os alunos estavam distribuídos da seguinte forma:

<b>Aulas</b>	<b>N. de alunos</b>
Ensino primário	81
Ensino de música	22
Desenho aplicado as artes	14

<b>Oficinas</b>	<b>N. de alunos</b>
Marcenaria	28

alfaitaria	26
Sapataria	26
Tornearia	7
Tipografia	7
Bauleiro	3
Tamanqueiro	2

Fonte: Relatório do Presidente da Província de Alagoas de 1888.

Conforme Leite e Oiticica, em 1890 havia o ensino das primeiras letras, noções de física, química e astronomia e das ciências naturais. Estas disciplinas, supostamente, seriam exclusividades dos colégios para rapazes ricos, uma vez que o propósito das escolas para meninos pobres era instruí-los em ensinamentos práticos. Entretanto, mesmo em se tratando de escolas para crianças pobres, parte das disciplinas ministradas eram dirigidas para todas as crianças, independente da classe social. Naquela data, as oficinas efetivas eram apenas três: sapataria, marcenaria e tipografia. Nesta última era confeccionado o jornal *O Lincoln* e *A União*, periódico fundado pelos alunos da escola, além de folhetos. O número reduzido de oficinas também podia ser observado em outras instituições, possivelmente pela falta de recursos financeiros para mantê-las.

Em 1890, a Escola Central parecia ter se desobrigado daquela intenção primeira que era de acolher apenas meninos negros. Com a oficialização da instituição, o governo republicano de Alagoas parecia a ter transformado em uma escola de ofício, destinada a todas as crianças como mostra o Almanaque do Estado do referido ano: “Escola Central (Ensino profissional e litterario gratuito a engenuos e menores desvalidos)”. O termo ingênuo foi empregado para designar as crianças negras libertas após a Lei do Ventre Livre.

No Almanaque do Estado, de 1891, consta que a instituição matriculara apenas 128 alunos, 46 internos e 82 externos. Em tal período a instituição contava com as disciplinas: Educação Artística, Prática de Geometria, Ensino de Desenho, Ensino Teórico-Prático de Artes e Ofícios, Noções Práticas de Química, Física e Botânica com aplicação a artefatos fabris. Ainda havia as oficinas para a fabricação de malas, calçados e marcenaria.

Apesar de a Escola Central ensinar algumas matérias de colégios particulares para os filhos da elite, ela conservava o ensino de ofícios que não permitia a ascensão social do



negro, como também dos outros menores de classe economicamente desprestigiada dentro da sociedade alagoana. Sobre a educação do negro, Eliane Peres (2002) mostra a posição dos membros do Clube Abolicionista de Pelotas (RS) quanto ao tipo de educação que deveriam receber os negros libertos:

Tratando-se de pessoas nas condições dos pretos libertos, que não podem ter aspiração à carreira literária ou científica, é claro que o sistema de educação a adotar-se é muito simples e muito fácil. [...] Instrução primária acompanhada de princípios morais e religiosos [...] (MENEZES, 1869, apud PERES, 2002, p. 95.)<sup>14</sup>

Gonçalves e Silva destacam (2000) passagem da obra de Perdígão Malheiros “Escravidão no Brasil” na qual o autor tem posições semelhantes a do Club Abolicionista de Pelotas:

preconiza o tipo de educação que, segundo ele, prepararia os escravos para a liberdade. Na sua essência, deveria ser uma ‘educação moral e religiosa’, sem se descuidar, é claro, de ‘uma educação profissional’, que garantisse aos libertos um ofício do qual pudessem manter a si e a família, caso a tivesse. (p.136).

Arthur Ramos (2004), ao abordar a educação em sua obra *A mestiçagem no Brasil*, afirma que, tanto Nina Rodrigues quanto Sílvio Romero admitiam que o mal da mestiçagem podia ser corrigido pela educação: “o ponto comum entre os dois escritores é o reconhecimento de que no Brasil o mestiçamento é um *matter of fact*, e, se há nele um mal, a nossa tarefa será a de atenuá-lo ou corrigi-lo pela educação”. É importante destacar também dois intelectuais do século XIX que compartilhavam dessa mesma visão sobre o negro: o alagoano Tavares Bastos, por exemplo, considerava que os escravos libertos deveriam ter o direito à educação escolar, seja ele criança ou adulto. A educação deveria ser também para todos os negros, e ela serviria para civilizar e transformar os negros libertos em cidadãos. O outro era o cearense José de Alencar. Este entendia que as crianças deveriam ser educadas antes de serem libertas para que se livrassem da “ignorância, do vício, da miséria e da animalidade” (GONÇALVES; SILVA 2000, p. 136).<sup>15</sup>

Analisando essas posições dos abolicionistas podemos perceber que apesar de os fundadores da Escola Central promoverem a educação do negro, eles queriam educá-lo para profissões de pouco prestígio social, além de ensino moral e religioso, já que eram vistos como seres humanos cheio de vícios.

Quanto aos docentes da Escola Central, não sabemos ao certo quais foram. Provavelmente seus docentes foram os membros da Sociedade Libertadora Alagoana

---

<sup>14</sup>Citação colhida do Clube Abolicionista de Pelotas.

<sup>15</sup>SANTOS, 2006.

como, por exemplo: Manoel B. Diegues Junior, João Gomes Ribeiro, Luiz Lavenère, Francisco Dias Cabral, Francisco de Paula Leite e Oiticica, José Antonio Duarte, tendo em vista que eram professores das escolas públicas e particulares da província. Os únicos encontrados como professores da Escola Central foi o seu diretor Francisco Domingues da Silva, cuja área de interesse era o ensino de ciências, além dos professores de 1891 quando ela já era mantida pelo Estado. Estes foram chamados de auxiliares do ensino literário. Fizeram parte desse quadro os professores Cícero Tavares Wanderley do Rego, Illydio da Silva Braga, Francisco Domingues Junior, Pedro Nolasco Maciel e Philemon da Silva Jucá. Quanto ao desempenho de Francisco Domingues, Augusto Vaz Filho, em seu livro *Alagoanos Ilustres* (1962), lembra que o professor foi um incansável diretor da escola e que nela “ensinou com dedicação, pondo em prática os mais modernos métodos pedagógicos daquele tempo”. É provável que ele tenha incentivado os alunos a criarem o jornal *Lincoln*, fundado em 1889 e a revista literária e científica *A Escola*, criada em 1892, pois no Colégio Bom Jesus, de sua propriedade, ajudou a criar a revista também chamada *A Escola* em 1882. Não se pode afirmar que os jornais e a revista eram escritos pelos próprios alunos ou se constituíam apenas um meio para dar visibilidade à Escola.

Quanto aos alunos, temos poucas notícias sobre eles, nomes e origens, apenas uma breve nota menciona um deles ao recitar poesia na homenagem a Tiradentes: “O menor Joaquim Casemiro, da Escola Central, recitou uma bonita poesia” (Gutenberg, 23 de abril de 1890). Era freqüente a participação dos alunos da Escola Central nas festividades cívicas e da própria instituição de ensino, nas quais havia a participação da Banda de música dos alunos, cujo professor era Benedicto Raymundo da Silva, como publica o Gutenberg:

A's 10 horas da manha do dia 20 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e encaçavel director; professor Francisco Domingues, tendo á frente a banda de musica dos alumnos galantemente fardados dirigiram-se a matriz desta capital onde assistiram á uma missa em acção de graça pelo 3º anniversario da fundação da Escola. (Gutenberg, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada)

Entre 1893 e 1894 a Escola Central fecha sua porta, nesse período, o governo tinha a pretensão de unificá-la com mais duas instituições o Liceu de Artes e Ofícios e o Colégio Orfanológico. O novo estabelecimento de ensino seria uma instituição de artes, ofícios e agricultura. O relatório do governador do Estado de 1893 argumentava que não era justo acabar com a Escola Central. “Não é justo consentir que se aniquile a escola Central,

instituição que tão meritos benefícios tem prestado á sociedade alagoana, e que relembra os tempos das gloriosas lutas do povo alagoano pela liberdade dos miseros escravizados.” Esta passagem mostra, como já foi dito, que a escola servia também como instrumento de propaganda para a abolição da escravatura, dado o desinteresse em mantê-la após o êxito do movimento.

Antes da proposta do governo, os fundadores da Escola também tinham a intenção de fundar uma colônia agrícola para abrigar os meninos que chegassem à idade de saírem da escola, como pedia a carta de Leite e Oiticica. Houve até a doação de terras do engenho de Santa Luzia para a construção da colônia agrícola. A intenção era montar um modelo igual ao da Colônia Isabel<sup>16</sup>, fundada em Pernambuco, no ano de 1874, para atender crianças órfãs negras e brancas (ARANTES; GALVÃO, 2005). A intenção de criar uma colônia agrícola, tanto por parte dos seus fundadores como também por parte do governo do Estado, era manter os negros nas lavouras, já que os agricultores precisavam de mão-de-obra, pois a base da economia alagoana se sustentava na mão de obra escrava da cana-de-açúcar. Ao expor os negócios da província alagoana em 1888 o presidente afirma que a Lei da Província determinava que a Sociedade Libertadora Alagoana teria que criar colônias agrícolas com ajuda de uma subvenção do governo provincial. Afirma que insistia na fundação de colônias agrícolas porque elas “vem remediar e satisfazer uma importantíssima necessidade, respeitando à educação agrícola de futuros trabalhadores livres, de que estão dependentes o desenvolvimento e a prosperidade da agricultura”.

Ao fundar uma escola exclusiva para negros, a Sociedade Libertadora Alagoana criara uma instituição que atendia a uma população praticamente condenada a profissões socialmente desvalorizadas. Podemos ver que, mesmo para os seus sócios, defensores da liberdade, não constavam em seus propósitos a idéia de inserir o negro no mesmo espaço social do branco. Em nota dirigida ao *Diário das Alagoas* de 21 de abril de 1888 a Sociedade Libertadora Alagoana convida a sociedade alagoana para participar da festividade comemorativa ao 1ª aniversário da Escola Central na qual ressalta que a festividade não era literária. Lá os alunos cantariam os hinos inaugurais da liberdade, da instrução e do trabalho e haveria as exposições dos objetos criados nas oficinas.

Um dos motivos que possivelmente levavam os fundadores da instituição a não-

---

<sup>16</sup>Segundo Vera Lúcia Braga de Moura (2005) a Colônia Isabel fundada em Pernambuco abrigou apenas 6 crianças negras num período de 30 anos.

promoção social da criança negra é por estarem apoiados em teorias racistas que manifestavam a inferioridade étnica dos povos não-europeus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No longo percurso de realização desse trabalho, iniciado em junho de 2004, foram marcados pela dificuldade de encontrar matérias referentes à Escola Central, pois no período de sua constituição existem poucos jornais e exemplares disponíveis nos acervos do Instituto Histórico e do Arquivo Público de Alagoas. Os jornais que tratam da instituição como o *Gutenberg*, que possivelmente pode ter tratado de sua fundação, pois ele era um grande defensor da educação popular em Alagoas, apenas é encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, assim como os demais referentes a este período. Devido a este problema e por falta de outro tipo fonte, não foi possível saber o que estava colocado no estatuto da instituição, como por exemplo, se os alunos poderiam receber algum tipo de castigo físico ao deixar de fazer alguma de suas obrigações, já que os seus idealizadores provavelmente compartilhavam da opinião que as crianças negras eram cheia de vícios e mesmos os outros órfãos eram visto como possuidores de vícios devido à sua condição social de pobreza.

Além da dificuldade apresentada, os acervos consultados disponibilizavam para o público apenas o período da manhã o que dificultava o desdobramento da pesquisa, pois o horário de aula do Curso de Pedagogia era também pela manhã. Portanto, restavam poucos dias para mapear as matérias como já foi comentado na introdução. Outra dificuldade encontrada foi que o acervo do Arquivo Público foi pouco pesquisado, onde possivelmente se encontraria registros da escola, como frequência, mapa de notas, registros de professores, enfim, o cotidiano da escola.

No que se refere à instituição, através desse estudo foi possível observar que, embora os fundadores da Escola Central tivessem boas intenções ao fundar o estabelecimento, ao que parece, não pretendiam que os menores alcançassem as mesmas posições ocupadas por eles dentre da sociedade alagoana. Tendo em vista que os fundadores queriam criar uma colônia agrícola, para mandá-los quando chegasse o momento desses saírem da escola, ou seja, eles continuariam a ocupar a mesma posição social dos pais, sendo que agora “livres” e “civilizados”. A posição de inferioridade social do negro não foi mudada, como vimos, com a Abolição da Escravatura.

Não foi possível saber até que idade eles poderiam frequentar a instituição. A Lei do Ventre Livre determinava que as associações que cuidassem dos ingênuos teriam direito de desfrutar do trabalho gratuito do menor até este completar 21 anos, como a obrigação de

criar e tratar. Como havia o propósito de criar uma colônia agrícola, talvez o tempo para os alunos saírem da Escola Central fosse antes dos 21 anos.

Apesar da crítica feita sobre a mentalidade dos fundadores da instituição, a respeito de sua leitura racista sobre o negro, em especial, por não pensarem uma educação no mesmo patamar daquela ofertada ao branco, deve-se considerar a época, século XIX, quando a mentalidade escravocrata era quase que exclusiva a brancos e negros. O que mais deveria merecer cuidado não era apenas o confinamento das crianças a profissões socialmente mais rebaixadas, mas também a modelagem no comportamento e nas mentes dentro dos padrões europeus. Refiro-me ao sentimento de nojo, em relação ao negro, que começa a ser justificado pela Ciência com as noções de higiene, as quais, mais à frente, alimentarão noções ligadas à eugenia, ou de “melhoramento das raças” até alcançar o padrão eurocêntrico. Tal compreensão deu subsídios ao genocídio ocorrido na Segunda Guerra Mundial.

A Escola Central foi criada, acredito, para se tornar uma propaganda do movimento abolicionista de Alagoas, tendo em vista que após Abolição da Escravatura, a Sociedade Libertadora Alagoana deixou de existir. Seu propósito principal havia sido alcançado, o que pode ter causado a falta de interesse em continuar com a escola. Pouco tempo depois do fim da escravidão o governo passou a custeá-la. A condição de abandono do negro não foi um caso específico de Alagoas, mas de todo o Brasil, pois o principal objetivo dos abolicionistas era livrar o país da “pecha” da escravidão para que aos olhos dos europeus não fôssemos mal-vistos.

Apesar de ter à disposição as edições do primeiro semestre de 1893, ano este anterior ou de fechamento da escola, não foi possível localizar para onde iriam os alunos após seu fechamento. Entretanto havia uma proposta do governo do Estado, como já foi dito no texto, de unificar a instituição junto a duas outras instituições de ofício, o Liceu de Artes e Ofícios e o Colégio Orfanológico, mas não foi possível saber se tal propósito foi alcançado. É provável que não, uma vez que o Liceu de Artes de Ofício também foi fechado 1894 e depois reaberto em 1900.

Por fim, devemos considerar que a Escola Central apesar de não garantir que os menores ocupassem no futuro profissões de prestígio dentro da sociedade alagoana, ela proporcionou um avanço para época, pois poucas instituições no Brasil ocuparam de dar educação exclusivamente para a criança negra, mesmo que a Lei do Ventre Livre

concedesse o direito ao estudo. Além disso, a sociedade alagoana era dominada politicamente e economicamente por agricultores que utilizavam a mão-de-obra negra. Ainda que depois a escola receba outros órfãos não-negros, o projeto inicial era atender apenas as crianças negras.

A falta de algumas informações importantes sobre a instituição, impulsiona a pesquisar mais sobre a educação do negro dentro da sociedade alagoana, se a educação dada às crianças negras restringia à Escola Central, bem como saber se as meninas negras também recebiam educação escolar ou só recebia educação doméstica. Ter acesso a lista de alunos, por exemplo, nos dará possibilidade de investigar o destino dessas crianças em outras instituições, no mercado de trabalho ou mesmo de constatar depois o completo silêncio sobre o seu destino.

Apesar de pequeno tempo de funcionamento da escola, ela significou a expressão de um pensamento abolicionista da época. Portanto, as idéias que sustentaram a instituição não estão demarcadas na cronologia de seu funcionamento, ou seja, 1887 e entre 1893 e 1894. Tanto antes como depois desse período temos muito ainda a investigar.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. *História de Alagoas*. 2. ed. Maceió: SERGASA, 2000.
- ARANTES, Adlene Silva; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. *Colônia Isabel: uma possibilidade de educação e instrução para meninos negros no século XIX em Pernambuco*. Anais do XII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte-Nordeste. Belém: UFPA, 2005.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas, Dicionário bibliográfico histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. Tomo I - A à F, Tomo II – G à Z.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001
- BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria (Orgs.). *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- COSTA, Craveiro. Cem anos de jornalismo – memória histórica sobre o jornalismo em Alagoas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, pp.78-130, 1931.
- CHIAVENATO, Julio José. *O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DÁVILA, Jerry. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DUARTE, Abelardo. *Três Ensaio*. Maceió – AL: Departamento Estadual de Cultura, 1966.
- FERREIRA, Amarílio Júnior; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*. Brasília, v. 80, n. 196, set./dez.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*. set./out/nov/dez. nº15, 2000.
- LIMA, Isaac Soares. *Arthur Ramos: um antropólogo desafia a História*. Maceió: UFAL, 2004 (Monografia de Graduação/UFAL do Curso de História)
- LIMA Junior, Felix. *Maceió de Outrora: Obra póstuma*. ROCHA, Raquel (org.). Maceió: EDUFAL, 2001.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: Ática,



1986. (Série Princípios).

MACHADO, Maria Cristina Gomes. A educação em questão – a atuação de Rui Barbosa no jornal “a imprensa” (1898-1901). In. *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da pesquisa e do ensino da História da Educação*. Uberlândia – MG: EDUFU, 2006, p. 2912-2922.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In. GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PERES, Eliane. Sob (re) o silêncio das fontes. A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. In: *Revista brasileira de história da educação*, nº 4 Campinas: autores associados, jul./dez 2002.

RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Tradução e revisão de notas por Waldir Freitas Oliveira. Maceió: EDUFAL, 2004.

RIBEIRO, Antonio Daniel Marinho. *A transição da mão-de-obra escrava para a livre no perímetro urbano de Maceió (1850-1898)*. Maceió: UFAL, 2003 (Monografia de Graduação em História).

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas século XIX*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SANTOS, Mônica Luise; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Escola de negros. In: CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara; BARROS, Raquel Rocha de Almeida (orgs.). *Kulé Kulé*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 51 - 61.

SANTOS, Monica Luise. Artur Ramos e as teorias racistas do século XIX: uma leitura sobre o pensamento dos Fundadores da Escola Central de Maceió. In. *I Encontro Norte Nordeste de Historiadores da Educação/ V Encontro Cearense de Historiadores da Educação*. Guaramiranga – CE, 2006: FAGED/UFC, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAZ FILHO, Augusto. Francisco Domingues da Silva. In. *Alagoanos Ilustres*. v. 1. Maceió, 1962.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. KHORY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta – Formação; História – A experiência Brasileira (1500 – 2000)*. São Paulo: Editora SENEC, 2000.

VENTURA, Roberto, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. *Escritores, escravos e mestiços: raça e natureza na cultura brasileira*. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado).

### Fontes Eletrônicas

Leis Históricas. Disponível em <[www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm)>. Acesso em: 10 de março de 2008.

MOURA, Vera Lúcia Braga. Meninos Livres, Mãe Escrava. Londrina - PR, 2005. Disponível em <[www.anpuh.uepg.br/XXIII-simposio/anais/texto](http://www.anpuh.uepg.br/XXIII-simposio/anais/texto)>. Acesso em: 24 de março de 2008.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Disponível em <[www.culturabrasil.org/oabolicionismo.htm](http://www.culturabrasil.org/oabolicionismo.htm)>. Acesso em: 13 de maio de 2008.

Provincial Presidential Reports. <[www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm)>. Acesso em: 05 de março de 2008.

### Fontes Impressas

**Almanaque do Estado de Alagoas** de 1890, ano XIX, p. 102.

**Almanaque do Estado de Alagoas** de 1891, ano XX, p. 168.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 01 de julho de 1858, ano I, n. 99, p. 4.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 21 de dezembro de 1859, ano II, nº 291 p.01,

**Diário das Alagoas**, Maceió, 27 de novembro de 1860, ano III, n. 274, p. 4.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 25 de janeiro de 1866, ano IX, nº 20, p. 3.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 04 de janeiro de 1869, ano XI, p. 4.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 25 de janeiro de 1869, ano XI, n. 1, p. 4.

**Diário das Alagoas**, 20 de abril de 1888, ano XXXI, n. 92, p. 1.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 21 de abril de 1888, ano XXXI, n. 93, p. 2.

**Diário das Alagoas**, Maceió, 12 de maio de 1888, ano XXXI, n.110, p. 2.

**Gazeta de Noticias**, Maceió, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214, p. [não identificada]

**Orbe**, Maceió, 19 de julho de 1885, ano VII, p. [não identificada]

**Orbe**, Maceió, 28 de julho de 1885, ano VII, p. 3.

**Gutenberg**, Maceió, 23 de abril de 1890, n. 85, ano IX p. [não identificada]

**Gutenberg**, Maceió, 13 de maio de 1890, ano IX, n. 102, p. 1.

**Gutenberg**, Maceió, 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1.

**Gutenberg**, Maceió, 22 de abril de 1891, ano X, n. 88, p.1